O momento ideal para inversão do ônus da prova em sede dos Juizados Especiais Cíveis

Letícia de Castro Mendes¹

Ciro Di Benatti Galvão²

Natália Elvira Sperandio³

Resumo: O artigo em questão possui como objetivo principal dar uma solução eficaz que atenda os requisitos constitucionais, não deixando de lado princípios procedimentais e garantias que o consumidor possui. Analisando detidamente todo o estudo que fora formulado, a solução para o momento ideal para a inversão do ônus da prova fora aquela que com mais eficiência atendeu todos os questionamentos, foi a solução que apresentava uma cisão da audiência uma e que em sua primeira fase seria feito uma tentativa de conciliação e não obtido acordo o juiz decidiria ou não sobre a inversão do ônus da prova. Essa solução é eficaz, pois não contraria os princípios do contraditório e da ampla defesa, além é claro de proteger o consumidor que é parte vulnerável da relação. O método utilizado foi o de pesquisas em doutrinas e jurisprudências dos quais foram extraídas diversas conclusões acerca do tema, porém, não tão eficazes como a apresentada. Por fim, do presente estudo conclui-se que a inversão do ônus da prova em sede dos juizados especiais deve se dar em sede a audiência que deve ser repartida em duas para que o contraditório e a ampla defesa sejam preservados e que o consumidor faça jus a essa garantia de se ver livre da incumbência de provar.

Palavras-chave: ônus da Prova; Juizado Especial; verossimilhança das alegações; vulnerabilidade.

1 Considerações iniciais

O presente trabalho irá discutir sobre o momento ideal para a inversão do ônus da prova em sede dos Juizados Especiais Cíveis. O problema está justamente no momento ideal para a inversão, já que não há de se discutir a aplicação deste instituto quando atingidos os requisitos da verossimilhança das alegações ou hipossuficiência do consumidor, porém, como já pacificado pelo ordenamento pátrio.

¹ Graduanda do 9º período do Curso de Direito.

IPTAN – Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves.

² Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Direito Constitucional, de Teoria do Estado e de Administrativo. Conselheiro Editorial da Revista da Procuradoria Geral do Município de Juiz de Fora/MG. Membro da Academia Barbacense de Ciências Jurídicas (ABCJ). Parecerista ad hoc de periódicos jurídicos. Autor de livros e artigos jurídicos na área do direito público. cirogalvão@iptan.edu.br.

³ Doutora em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada, linha linguagem e tecnologia) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Letras (Licenciatura em língua portuguesa e suas respectivas literaturas) pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2007), mestrado em Letras (Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura - Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social) por essa mesma universidade (2010). Atualmente é professora do Instituto Presidente Tancredo Neves - IPTAN e revisora do periódico Saberes Interdisciplinares. thaiasperandio@yahoo.com.br.

A momento ideal para realizar a inversão sem que seja prejudicado os princípios do contraditório e da ampla defesa é o despacho saneador do juiz. Pois bem, devido aos princípios que regem o Juizado Especial, que são a celeridade, economia processual, oralidade, simplicidade entre outros no Jesp inexistente a fase de saneamento, o que impossibilita uma inversão do ônus probante livre de empecilhos.

Pelo exposto, diversas discussões foram apresentadas no trabalho em questão e a que se mostrou mais eficiente foi a de fracionar a audiência, e nela não efetuado o acordo o juiz se decide pela inversão do ônus probante, saindo as partes cientes de quem deve produzir provas, sem que se comprometa os princípios constitucionais.

A metodologia usada no presente trabalho foi tanto fontes primárias que seriam livros já publicados a fim de trazer entendimentos divergentes e entendimentos que enfatizem a solução apresentada, e também fontes secundárias que seriam jurisprudências.

O objetivo geral são analisar de forma crítica o momento da inversão do ônus da prova em sede dos juizados especiais, tendo como parâmetro conceitos do direito do consumidor e princípios constitucionais.

Já os objetivos específicos são refutar sobre o momento ideal da inversão do ônus da prova no Juizado Especial, conceituar o consumidor e a empresa tendo sempre como patamar a hipossuficiência do consumidor, evidenciar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como o cerceamento de defesa, realizar estudo comparado das doutrinas especializadas concernentes à questão, sugerir uma solução aplicável na prática que viabilizaria a defesa do empresário, sem bater de frente com as prerrogativas que o consumidor possui.

Por fim, o artigo foi construído conceituando primeiramente consumidor e fornecedor, depois explicitando os princípios constitucionais e, por fim, adentrando ao problema que já fora debatido.

2 Conceitos e princípios

O objetivo geral do presente trabalho é analisar de forma crítica o momento da inversão do ônus da prova em sede dos juizados especiais, tendo como parâmetro conceitos do direito do consumidor e princípios constitucionais.

Para a confecção do trabalho foi utilizado fontes primárias, que são livros já publicados, a fim de trazer entendimentos divergentes e entendimentos que enfatizem a solução apresentada, bem como fontes secundárias que são jurisprudências, que possuem grande enfoque no momento ideal para a inversão do ônus da prova.

Os objetivos específicos, por sua vez, têm a função de refutar o momento ideal da inversão do ônus da prova no Juizado Especial, conceituar o consumidor e a empresa, tendo sempre como patamar a hipossuficiência do consumidor, evidenciar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assim como o cerceamento de defesa, realizar estudo comparado das doutrinas especializadas concernentes à questão e sugerir uma solução aplicável na prática que viabilizaria a defesa do empresário, sem bater de frente com as prerrogativas que o consumidor possui.

Pois bem, diante da enorme demanda existente no judiciário a sociedade se viu frustrada na resolução de conflitos, uma vez que pequenas demandas levavam anos para serem solucionadas, o que, de certa forma, comprometia os direitos constitucionais ao contraditório e a ampla defesa. Sendo assim, criou-se em 1995 a Lei 9.099, que previa os Juizados Especiais ou de pequenas causas que teriam como principais ditames a oralidade, celeridade, informalidade, e economia processual, permitindo uma resposta mais célere as mazelas sociais simples.

Questões consumeristas envolvendo a venda de mercadorias e prestação de serviços não poderiam ficar de fora da competência do Juizado Especial. Desta forma, vários institutos de proteção ao consumidor são aplicados, alguns com clara obediência as regras estabelecidas pelos princípios do Juizado Especial, já outros geram dúvidas quanto a sua aplicação, uma vez que se mostram incompatíveis com o sistema e os princípios que o regem, como a inversão do ônus da prova que iremos tratar no presente trabalho.

É necessário que antes de analisar a questão em seu cerne principal, tenhamos consciência de alguns conceitos essenciais, a compreensão do tema, como o conceito de consumidor.

Consumidor, de acordo com o artigo 2º, do Código de Defesa do Consumidor, é: “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

Partindo do conceito acima citado, não é difícil encontrarmos nele questões relevantes e causadoras de dúvidas como ao afirmar que somente seria consumidor aquele que utiliza a mercadoria como destinatário final, ou seja, que exaure o bem, seja ele consumível ou inconsumível. O artigo afirma também que seria consumidor a pessoa física e jurídica, porém a pessoa jurídica que adquire bens para a fabricação de outros não se enquadraria no conceito de consumidor já que não seria, portanto, o destinatário final.

O conceito de fornecedor encontra-se no artigo 3º do CDC:

Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Em suma, o fornecedor é aquele que coloca bens em mercado ou presta algum tipo de serviço remunerado com habitualidade, para que o CDC seja aplicado é necessário que o fornecedor realize a venda de produtos ou a prestação de serviços como atividade contínua e duradoura e não esporádica.

Além dos conceitos acima expostos, vale ressaltar princípios constitucionais de suma importância a compreensão do presente trabalho. De acordo com o art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”

O dispositivo supracitado garante a todos um processo com todas as etapas previstas em lei, obedecendo às regras processuais e constitucionais, não podendo suprimir de ninguém fases processuais que lhe garantiriam o direito de defesa ou de acusação.

O artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, por sua vez: “Aos litigantes, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Contraditório é o direito de resposta do réu, é a possibilidade de se defender, confirmar o alegado ou nem mesmo se manifestar, o que realmente importa é a oportunidade para que o réu faça da maneira que achar mais conveniente. Ela é uma garantia constitucional que deve ser respeitada para que o processo seja justo.

A ampla defesa, por seu turno, é o direito de alegar fatos e demonstrar provas. A linha entre esses dois princípios é extremamente tênue, podendo até afirmar inexistir um sem o outro.

O artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal prevê que: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

A Carta Magna previu a defesa do consumidor, já que o mesmo é considerado parte vulnerável devendo, portando, incidir sobre o processo diversos procedimentos próprios a fim de diminuir a diferença entre consumidor e fornecedor.

O artigo 1º do CDC estabelece que as normas referentes à proteção do consumidor são de ordem pública e interesse social.

É o que diz Nery Junior e Nery (2014), *apud Bolzan (2015, p. 1101)*:

(...) O juiz deve apreciar de ofício qualquer questão relativa às relações de consumo, já que não incide nesta matéria o princípio dispositivo. Sobre elas não se opera preclusão e as questões que delas surgem podem ser decididas e revistas a qualquer tempo e grau de jurisdição.

Ou seja, alguns dos institutos que visam proteger o consumidor são de observância obrigatória devendo o juiz reconhecê-los de ofício.

O CDC, em seu artigo 4º, reconheceu a vulnerabilidade do consumidor, isto é, o consumidor é a parte mais frágil da relação de consumo. Sendo assim, tornou-se de extrema importância buscar meios para equilibrar essa relação. A vulnerabilidade do consumidor possui presunção absoluta, não necessitando sua comprovação, exceto no caso de ser o consumidor pessoa jurídica como microempresas ou empresas de pequeno porte, as quais devem comprovar sua qualidade de hipossuficiente para gozar dos benefícios que a lei traz.

Mas atenção, vulnerabilidade não se confunde com hipossuficiência, apesar de ambos os institutos estarem diretamente relacionados à situação de inferioridade do consumidor, ambos não são iguais, o que traz grande diferença na aplicação da lei.

Vulnerabilidade é fenômeno de direito material que possui presunção absoluta, a hipossuficiência é fenômeno de direito processual e sua presunção é relativa devendo, portanto, ser demonstrada a fragilidade.

O artigo 6º do CDC dispõe:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

Note-se que para a inversão do ônus da prova ocorrer é necessário a demonstração da hipossuficiência.

O artigo 373 do Novo Código de Processo Civil estabelece:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A regra geral é que a demonstração do fato deve se dar pelo autor, porém, caso fique comprovado a verossimilhança das alegações do consumidor ou a sua hipossuficiência, será possível transferir o ônus probante para o réu. O juiz segundo as regras ordinárias de experiência decidira pela inversão do ônus da prova ou não, trata-se de inversão *opejudicis* já que não é automática nem mesmo obrigatória.

Dessa maneira decidiu o Supremo Tribunal de Justiça, no Resp. 241.831/RJ, publicado no dia 03 de fevereiro de 2003 *apud* Bolzan (2015, p. 262): “a inversão do ônus da prova prevista no inciso VIII do artigo 6º da Lei nº 8.078/90 não é obrigatória, mas regra de julgamento, *opejudicis*, desde que o consumidor seja hipossuficiente ou seja verossímil sua alegação”.

O artigo 357 do Código de Processo Civil determina:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:
(...)
III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373.

Para a inversão, como já dito, basta a verossimilhança das alegações que é a possibilidade de ser verdade as alegações do consumidor, esse requisito pode ser compreendido com a coerência das alegações.

Cumprir mencionar que hipossuficiência não é determinada apenas como um fator econômico, mas pode ocorrer em situações fáticas, técnicas ou até mesmo de informação.

Uma das questões mais importantes trata-se do momento ideal para a inversão do ônus da prova, que deve ser feita em momento crucial para evitar que seja suprimida alguma garantia ou que atrapalhe o regular andamento do processo.

Cunha (2015) faz diversos apontamentos de qual seria o momento ideal a fim de não causar prejuízo às partes, sendo os principais o despacho de citação, a fase de saneamento do processo ou a sentença.

No momento do despacho de citação nem mesmo a resposta foi apresentada sendo, portanto, muito precoce para que o juiz possa aferir se as circunstâncias ensejadoras da inversão do ônus da prova estão presentes, inviabilizando um juízo de valor coerente.

Segundo Bolzan (2015), o posicionamento dominante entre a doutrina e a jurisprudência é que o momento deve ser a sentença, fundamentam a tese na afirmação de que ônus da prova é regra de julgamento devendo se dar em sede de sentença, porém esse posicionamento compromete seriamente os princípios do contraditório e da ampla defesa, já que no momento da sentença a fase instrutória já se esgotou, o que impossibilita, portanto, que o réu possa provar algo, e a fazer jus a seus direitos constitucionais, já que é pego de surpresa e não possui mais o direito de se defender.

Compartilha desse posicionamento Cunha (2015, p. 440) que afirma: “entendendo que se trata de regra de julgamento, a parte poderia ser surpreendida com a transferência do encargo probatório na sentença, quando não mais teria oportunidade de produzi-la”.

O STJ demorou anos para pacificar a questão ora se posicionava no sentido de ser a sentença o momento ideal, ora se posicionava no sentido de ser o despacho saneador o momento ideal.

Enfim, no final de 2011, a segunda sessão do Superior Tribunal de Justiça pacificou o tema ao julgar o Recurso Especial 802.832 *apud* Bolzan (2015, p. 266-267), posicionando-se como sendo a fase de saneamento o momento ideal para a inversão do ônus probante.

Os motivos relevantes que levaram a essa decisão, segundo Bolzan (2015), é que a fase de saneamento é o momento mais compatível para assegurar os direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, não surpreende nenhuma das partes, já que ambas diante da decisão saberão como deverão se portar perante á fase instrutória, e o juiz já possui condição suficiente para decidir sobre a inversão já que o processo não é tão imaturo que possa comprometer o acerto da decisão.

3 Juizado Especial

Tratado esses assuntos, nos resta agora tratar do tema referente aos Juizados Especiais que são: Juizado Especial Cível, objeto do presente estudo, Juizado Especial Criminal, que cuida de ações penais cuja pena máxima não ultrapasse dois anos e contravenções penais, Juizado Especial Federal e Juizado Especial da Fazenda Pública.

O Juizado Especial Cível foi criado em 1995, pela Lei nº 9.099, que busca solucionar questões de complexidade branda as quais o valor da causa não deve ultrapassar 40 salários mínimos, sendo que causas inferiores a 20 salários mínimos dispensa a presença de advogado, podendo a parte usufruir do *jus postulandi*, ingressando através de atermção, perante a vara do Juizado.

Na hipótese de ser a causa superior a 40 salários mínimos, mas a parte pretenda ingressar perante o JESP poderá fazê-lo se dispensar o restante do valor devido, abrindo mão do superveniente delimitando o valor da causa ao total de 40 salários mínimos.

O artigo 2º, da Lei nº 9.099/95, prevê que o processo no Jesp se orientará segundo critérios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, e buscará sempre que possível a composição das partes.

O princípio da celeridade é imensamente importante para garantir a credibilidade do judiciário, já que a demora na solução de litígios gera o sentimento de impunidade, gerando, portanto, prejuízo ao detentor do direito material e a sociedade.

Quanto ao princípio da informalidade, este não deve ser confundido com desmazelo e balbúrdia processual, pelo contrário, as regras sempre devem existir, prevalecendo sempre a existência do devido processo legal. O que se tenta evitar são excessos que apenas afastam as partes da compreensão do andamento processual.

No que tange ao princípio da Oralidade, este possui forte ligação com o princípio da informalidade, haja vista que busca, sobretudo, aproximar a sociedade do contexto jurídico e abater diversas fases desnecessárias, que então são feitas em apenas um momento a audiência, na qual o juiz deve estar aberto a ouvir as partes e formar sua convicção mais justa, o que também infere no princípio da identidade física do juiz, o qual afirma que o juiz da instrução deve também ser o juiz que prolatará a sentença.

Outro princípio de eximia importância é o princípio da simplicidade, que possui grande vínculo com os demais já apresentados, uma vez que traduz ser o processo dos Juizados claro, objetivo e enxuto, desprezando atos desnecessários. O legislador de maneira alguma quis extirpar as formalidades, mas as trouxe de uma forma mais acessível, que se faça entender respeitando sempre os princípios do contraditório, ampla defesa e processo legal.

4 Do momento adequado para a inversão do ônus da prova

O processo do Juizado deve ser totalmente guiado pelos princípios descritos, porém se aplicará o CPC quando houver expressa remissão e em caso de omissão da lei houver compatibilidade entre os procedimentos, como diz o enunciado do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE 161: “considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95”.

No Juizado o juiz, exceto nos casos em que exista pedido de tutela de urgência satisfativa, tutela de urgência cautelar ou tutela de evidência casos estes

que são permitidos segundo o enunciado 26 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE: “são cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis, recebe o processo apenas na audiência. Uma em que grande parte dos atos são realizados”, o que nos leva a crer na extirpação da fase de saneamento em sede do Juizado.

Entendimento esse compartilhado por Cunha (2015, p. 444), “em sede especializada predomina a oralidade e a concentração dos atos processuais em audiência, não havendo um momento procedimental específico para o saneamento do processo”.

E como já visto anteriormente, o STJ decidiu ser a fase de saneamento a mais eficiente para a inversão do ônus probante, e sua inexistência não pode gerar prejuízo a garantia constitucional e ordinária que deve ser respeitada, garantindo ao consumidor vulnerável seu direito de não ter que provar o impossível a seus esforços.

A questão, portanto, é quando a inversão deve-se dar, diante a inexistência da fase de saneamento, sem que haja prejuízo para ambas as partes e que se respeite o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

No âmbito dos Juizados, a matéria referente ao procedimento probatório vem insculpida nos artigos 32 a 37 da Lei 9.099/95, o qual prestigia a oralidade como forma mais eficaz e aplicável ao procedimento.

Segundo Cunha (2015), uma das correntes que discute sobre o tema, afirma ser a sentença o momento ideal, mas como já dito anteriormente, ela compromete os princípios do contraditório e da ampla defesa, tese esta já superada pelo STJ.

Sendo assim, a decisão sobre a inversão do ônus da prova jamais deve ser dada em face da sentença, já que é regra de instrução e não de julgamento, conforme afirma Cunha (2015, p. 440):

Entendendo que se trata de regra de julgamento, a parte poderia ser surpreendida com a transferência do encargo probatório na sentença, quando não mais teria oportunidade de produzi-la. O Superior Tribunal de Justiça chegou a adotar a referida tese, mas no julgamento do Recurso Especial 422.778/SP, antes indicado, a 2ª Seção daquele sodalício firmou em sentido oposto, entendendo trata-se de regra de instrução.

Quando existir pedido de tutela provisória satisfativa, tutela provisória cautelar e tutela de evidência dúvidas não há o juiz deve apreciar o pedido de inversão do ônus da prova em sede desta decisão, dada antes a possibilidade de o réu se pronunciar no processo para que o juízo de verdade dado seja eficiente.

Bolzan (2015) afirma que posição minoritária defende que a inversão do ônus da prova deve se dar em sede do despacho de citação do réu, esse posicionamento não parece satisfatório já que antes da manifestação da parte ré, o juiz não possui condições de averiguar se estão presentes os requisitos para que a inversão seja realizada que são a vulnerabilidade do consumidor ou a verossimilhança das alegações, além disso diversas vezes é comum averiguarmos ser a citação realizada de ofício pela secretaria do Juizado, sem nem mesmo ter o processo passado pelas mãos do juiz, o que impossibilita sua análise e decisão.

Outros afirmam ser a AIJ (Audiência de Instrução e Julgamento) o momento ideal para a inversão, não necessitando, portanto, a cisão da audiência que deveria, portanto, continuar una, porém, caso isso ocorra, o contraditório e a ampla defesa, mais uma vez ficariam comprometidos, já que em meio a audiência o réu se veria obrigado a provar instantaneamente suas alegações, sem antes poder se preparar ou até mesmo levar testemunhas.

Cunha (2015) explana sobre o tema e defende ser necessária duas audiências, a primeira destinada ao recebimento da contestação a análise do cabimento ou não da inversão do ônus e tentativa de conciliação, e outra destinada a oitiva de testemunhas e análise probatória, possibilitando um contraditório amplo.

Essa corrente apesar de eficiente no que tange aos princípios constitucionais, não se preocupa com o princípio da celeridade que informador essencial do Juizado, já que a remarcação de audiência demanda tempo, além de comprometer também a economia processual, a supressão desses princípios extirpa os objetivos da lei 9.099/95.

A busca por uma celeridade desenfreada não pode comprometer princípios constitucionais de defesa das partes, porém a emenda constitucional nº 45/2004 inseriu no texto constitucional a razoável duração do processo que se encontra explanado no artigo 5º LXXVIII: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Apesar do argumento de inviabilidade de remarcação de audiência, tendo em vista o comprometimento da celeridade, a adaptação do procedimento parece ser mais eficaz, já que o alongamento do prazo processual se dará de forma motivada a fim de garantir a aplicação justa e razoável do direito.

O enunciado 53 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE determina:

Deverá constar da citação a advertência, em termos claros, da possibilidade de inversão do ônus da prova”. Ora, esta advertência em nada garante que o réu se defenderá em pé de igualdade, uma vez que é possível, a depender do valor da causa, que se apresente ao poder judiciário sem a presença de advogado.

Desta forma, como garantir que a parte se fez entender que deve comparecer a uma audiência munida de todas as provas que achar necessária a sua defesa, e se não bastasse deve também realizar um exercício de futurologia, haja vista, que deve prever que o juiz inverterá o ônus em se desfavor.

Destarte, Cunha (2015) afirma que o enunciado do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE deve ser interpretado como uma mera advertência, sem cunho decisivo, uma vez que a decisão sobre a inversão deve se dar em decisão fundamentada dada pelo juiz da causa.

Porém, outro problema existe frente à questão, sabemos que a referida audiência de conciliação é realizada por conciliadores e juízes leigos, que não possuem poder decisório, o que os impossibilita de decidir sobre a inversão.

Nada impede que o processo seja imediatamente concluso ao juiz togado para que o mesmo exaspere sua decisão sobre a inversão do ônus probante, mas uma vez parece que a solução confronta com o princípio da celeridade, porém, para garantir um processo justo e eficaz é necessário muitas das vezes ponderar princípios, e identificar qual deve se sobressair sobre o outro, e no presente caso uma solução mais demorada, mas que alcance seu objetivo parece melhor do que uma solução rápida, que, por sua vez, não atinja seu objetivo principal, que é uma decisão justa.

Portanto, é fácil perceber que o sistema dos juizados em muito requerem a observação de seus princípios norteadores, mas a Constituição Federal acima de tudo deve ser respeitada, como norma que rege todo o sistema jurídico pátrio, a

questão sem dúvida nenhuma gera diversas conclusões umas mais sensatas outras nem tanto, mas sempre levando em consideração a vulnerabilidade do consumidor, que jamais pode ver abatido um direito seu.

Dessa maneira, pelo exposto, é fácil compreender a dificuldade do tema, tendo em vista a incompatibilidade dos procedimentos e as garantias constitucionais, porém maneira mais simplória e eficaz encontrada para a solução da presente questão, vem do direito constitucional, que se utiliza diversas vezes no caso prático da ponderação de princípios, devendo um sobressair sobre o outro em algumas situações.

Destarte, no caso em tela, os princípios do contraditório e da ampla defesa devem sobressair sobre o princípio da celeridade, na busca de uma tutela jurisdicional mais justa e eficaz, afinal, vale mais a eficácia do resultado do que o procedimento a ser seguido.

O que não quer dizer que o processo se enrolará por anos sem que a decisão seja proferida, pelo contrário o procedimento ainda vai buscar ser rápido, porém se preocupando mais com o seu resultado e não só com o caminho a ser percorrido.

O requerente quando ingressa ao judiciário quer ver solucionado o mal que lhe perturba, a rapidez do procedimento, apesar de importante, não sobrepõe o interesse em que a decisão seja dada de forma justificada e eficaz, e que possa realmente atingir seu objetivo que é por fim ao problema existente.

5 Considerações finais

Analisando o trabalho como um todo, conclui-se que o momento ideal para a inversão do ônus probante em sede dos juizados especiais é realmente a audiência que deve ser repartida em duas para que seja possível que as partes tomem ciência da decisão do magistrado e possam fazer valer seus direitos constitucionais ao contraditório e a ampla defesa possibilitando um processo mais eficiente e justo.

O método utilizando á pesquisa através de doutrinas foi eficaz, já que apresentou uma solução eficiente ao problema que fora solucionado, esgotando-se, portanto, as pesquisas, já que se tratando de matéria processual não gera possibilidades futuras de modificações, a não ser que venha a existir modificações na estrutura processual da Lei nº 9.099/95.

Por fim, o presente trabalho analisou, frente a princípios constitucionais e processuais, a maneira mais eficiente de garantir a eficácia do processo sem extirpar garantias tão essenciais ao desenrolar processual, chegando a uma hipótese mais eficiente que consiga atingir os objetivos que a lei determinou.

Referências

BOLZAN, Fabrício. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45**, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Fórum Nacional dos Juizados Especiais. **Enunciado nº 26**. In: _____. Enunciados Cíveis. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/fonaje/?p=32>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BRASIL. Fórum Nacional dos Juizados Especiais. **Enunciado nº 53**. In: _____. Enunciados Cíveis. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/fonaje/?p=32>>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. Fórum Nacional dos Juizados Especiais. **Enunciado nº 161**. In: _____. Enunciados Cíveis. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/fonaje/?p=32>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.099**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CUNHA, Maurício Ferreira. A dinamização do ônus da prova e seus reflexos no procedimento dos Juizados Especiais. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Juizados Especiais**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 405-437.